

NEODESENVOLVIMENTISMO, “JORNADAS DE JUNHO” E NOVOS DESAFIOS AO LULISMO

Daniela Alarcon
Jornalista



Mesa-redonda “Brasil: entre emergência, rebelião e queda”

As massivas manifestações de protesto que tomaram as ruas brasileiras em junho de 2013 foram o ponto de partida, na mesa-redonda “Brasil: entre emergência, rebelião e queda”, de um contundente debate das características políticas e econômicas centrais dos governos Lula e Dilma, das transformações em curso no Brasil e dos dilemas e perspectivas da esquerda nacional. Coube aos professores André Singer, Armando Boito Júnior, Ildo Sauer e Paulo Arantes mapear e esquadrihar o tema

“Os acontecimentos de junho, a meu ver, têm um pano de fundo diretamente relacionado com essa década que eu chamo de lulista”, define o cientista político André Singer. Professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), Singer é coordenador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic). Foi porta-voz da Presidência da República (2003-2007) e secretário de Imprensa do mesmo órgão (2005-2007). Em 2012 publicou *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*.

“O lulismo conseguiu juntar duas coisas pouco prováveis, que se achava praticamente impossível: relançar a economia brasileira por meio de uma redução da pobreza, ou seja, relançar o crescimento econômico, puxado pelo consumo dos mais pobres, sem qualquer tipo de conflito com o capital”. A ampliação da capacidade de consumo dos setores de mais baixa renda no Brasil, por sua vez,

teria sido alavancada pela implementação de políticas de transferência de renda, pelo aumento expressivo do salário mínimo real e pelo crédito consignado. “O aumento real do salário mínimo em cerca de 70% expressa uma mudança importante da capacidade de consumo de milhões de pessoas, que só recebem salário mínimo, são aposentados ou têm seu salário indexado ao salário mínimo. Estamos falando não só da camada de baixíssima renda, que eu sugiro que poderia se entender por subproletariado, mas da própria classe trabalhadora de menor renda no Brasil”. Para Singer, este teria sido o grande instrumento de distribuição de renda no Brasil, permitindo a “retomada da economia por baixo”.

“Esta mudança que ocorreu no Brasil é uma mudança no sentido de mais igualdade, uma mudança que pode ser medida pelo Índice de Gini, que veio caindo de aproximadamente 0,60, o mais alto do mundo, para 0,50”, observa. “Essa

redução foi muito importante, porém nós partimos de um patamar de desigualdade absurdo. O Brasil ainda é muito desigual, portanto, as questões centrais da luta de classes continuam colocadas mais ou menos no patamar em que estão desde sempre”. Para Singer, o quadro é especialmente problemático nas grandes cidades, onde o lulismo é menos eficaz, já que alterar profundamente as condições de vida nessas áreas seria muito mais custoso do que realizar um processo análogo, por exemplo, no interior do Nordeste. “As favelas são uma realidade que vêm se consolidando há décadas, então, para mexer nisso, você precisa de grandes investimentos sociais, não basta um pouco de Bolsa Família. Em uma cidade como São Paulo, o Bolsa Família não é muito expressivo, porque não há tanta gente de baixíssima renda em São Paulo. Os problemas são de outra natureza e custam muito dinheiro.

Para realmente enfrentá-los, seria preciso fazer mudanças políticas mais profundas”.

A implementação de medidas como impostos sobre grandes fortunas ou grandes ganhos de capital, observou Singer, poderia criar as condições para essas transformações. “Isso seria um caminho possível. Mas implicaria um confronto de classes que está fora do modelo lulista. Precisaria haver uma outra correlação de forças, um outro tipo de movimentação política, que não ocorreu no país”. A análise dos resultados das últimas eleições nas principais metrópoles — registrando ampla vitória das oposições, independentemente de quais fossem elas — já indicava que as pessoas estavam chegando ao “limite”. Nesse sentido, avalia, as mobilizações iniciadas em junho não foram surpresa. “É quase óbvio para quem faz essa análise que os problemas iam explodir nas grandes cidades. Era impossível saber quando isso iria acontecer, mas era fácil prever que aconteceria”.

Na visão de Armando Boito Júnior, a “revolta da tarifa” inaugurou uma nova fase da luta popular no Brasil, em um contexto não mais de “neoliberalismo puro e duro”, como na década de 1990, mas de “neodesenvolvimentismo”. Professor titular de Ciência Política na Universidade de Campinas (Unicamp), Boito pesquisa as relações de classe no capitalismo neoliberal no Brasil e na América Latina, é editor da revista *Crítica Marxista* e diretor do Centro de Estudos Marxistas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (Cemarx).

O crescimento econômico, nos marcos “neodesenvolvimentistas”, teria trazido melhorias concretas, porém limitadas, nas condições de vida de segmentos desfavorecidos da população. Para Boito, tais limitações estariam na raiz das mobilizações de junho, as quais expressam “contradições, limites e insuficiências da política neodesenvolvimentista”

A eleição de Lula pôs em marcha, argumenta Boito, uma tentativa de reforma do modelo capitalista neoliberal — modelo caracterizado pela privatização de empresas estatais e de serviços públicos, por desregulamentação econômica, abertura comercial e elevação da taxa de juros — e que passou a priorizar os interesses da grande burguesia interna, em lugar do capital financeiro internacional e de setores da burguesia a ele integrados. Na definição do professor da Unicamp, o neodesenvolvimentismo é uma política de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro “muito menos ambiciosa do que o velho desenvolvimentismo”, por não dar preferência ao mercado interno, não se centrar no desenvolvimento industrial e ter capacidade distributiva menor que a do desenvolvi-



Professor André Singer

tismo. Apesar disso, observou, para a realização do programa econômico da grande burguesia interna, os governos Lula e Dilma implementaram uma política social que contemplou, mesmo que marginalmente, interesses das classes populares, engendrando “uma grande frente heterogênea de frações de classes, sob hegemonia da grande burguesia interna”.

O crescimento econômico brasileiro, assim, teria trazido consigo melhorias concretas, porém limitadas, nas condições de vida de segmentos desfavorecidos da população. Para Boito, tais limitações estariam na raiz das mobilizações desencadeadas em junho. “A nova fase da luta popular no Brasil é uma expressão das contradições, dos limites e das insuficiências da política neodesenvolvimentista, desde a perspectiva dos interesses populares. Não é mais uma luta direta contra uma política neoliberal, é uma luta contra um tipo de política econômica que não está atendendo suficientemente

**Professor Armando Boito**

os interesses das classes populares, porque atende apenas na margem”.

Na interpretação de Ildo Sauer, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder institucional manteve inalterado o paradigma da subordinação brasileira. “A origem da questão, como colocam o Ruy Mauro Marini e os teóricos da dependência, está na disputa pelo valor e nas trocas desiguais”. Nos governos Lula e Dilma, assinalou, o sistema econômico brasileiro seguiu funcionando de forma a cumprir o papel subordinado que lhe cabe na divisão internacional do trabalho (fornecendo matérias-primas e exportando excedentes a preços abaixo do valor), buscando apenas o necessário para manter os privilégios de sua elite interna. Assistimos, então, a uma “efêmera fase de crescimento”, decorrente em grande medida do aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional. “Eu poderia enumerar uma quantidade enorme de indicadores que não respaldam a interpretação de que nós sejamos uma

**Professor Ildo Sauer**

sociedade aceitável para as condições que nós temos no Brasil de reorganizar a produção e, acima de tudo, distribuir de maneira muito mais equânime o produto social”, sustenta.

Professor titular, Sauer é diretor do Instituto de Energia e Ambiente da USP (antigo Instituto de Eletrotécnica e Energia) e foi diretor de Gás e Energia da Petrobras no governo Lula. Exemplificando com o leilão do campo de Libra e as concessões das usinas hidráulicas, Sauer busca caracterizar a maneira como tem se dado a apropriação social dos recursos naturais no Brasil. “Para quem acompanha de perto o que este governo hoje está fazendo nessa área, fica uma sinalização muito clara de que mais do mesmo está se praticando agora, em um aprofundamento do problema da dependência, impondo barreiras definitivas à mudança”.

A política energética dos governos petistas, diz Sauer, tem transferido ao capital o lucro suplementar ou superlucro, formado nos segmentos econômicos que

permitem acumulação extraordinária, como é o caso dos setores petrolífero e hidrelétrico. Em uma sociedade na qual a produtividade do trabalho ainda é relativamente baixa, poderia advir justamente desses setores o excedente econômico necessário para ampliar os investimentos em educação e saúde públicas, infraestrutura urbana, ciência e tecnologia, proteção ambiental e mesmo na transição energética. “O que se ouve por aí é que o artigo 5 da Constituição Federal, que garante os direitos sociais, não se cumpre porque não há recursos”, comenta. “A minha interpretação é de que a nossa estrutura política e econômica faz com que todo o excedente econômico ou vá para o exterior, ou seja apropriado pela elite brasileira e, evidentemente, como o nível de produção é um só, se ele é substancialmente concentrado, ele nunca vai cumprir o papel de mudar a sociedade”.

“Quanto maiores os estoques de capital aqui, maiores as remessas e a ‘exportação’ da mais-valia em benefício dos grupos estrangeiros dos países centrais. Nada disso se alterou substancialmente durante os dez anos recentes.

Acreditávamos que era a possibilidade de fazer uma política inversa àquela que a The Economist defende”, diz Ildo Sauer

Na esteira da crise, acrescenta Sauer, há um risco de que os termos de intercâmbio voltem a seu padrão tradicional. O endividamento público brasileiro é grande e, embora tenhamos tido uma redução efêmera da taxa de juros, ela voltou a subir; com isso, grande parte do excedente público está sendo utilizado para pagar a dívida. Na avaliação do professor, o governo brasileiro vem atuando na direção apontada pelo receituário neoliberal, realizando terceirizações e privatizações (“inclusive algumas bárbaras”). “Nós festejamos — pelo menos na imprensa — toda vez que o investimento direto estrangeiro cresce aqui. Ele está crescendo, em parte, para compensar o déficit nas transações correntes. Temos que compreender: quanto maiores os estoques de capital aqui dentro, maiores as remessas e, portanto, a ‘exportação’ da mais-valia em benefício dos grupos estrangeiros dos países centrais. Nada disso se alterou substancialmente durante os dez anos recentes. E muitos de nós acreditávamos que era a possibilidade de fazer uma política inversa àquela que a *The Economist* defende”.

“Lula nunca enganou ninguém, nós é que queríamos nos enganar”, enfatiza o professor Paulo Arantes. “Ele sempre disse: ‘eu quero que a classe trabalhadora brasileira tenha o poder político que lhe é devido por motivo do poder social que ela já está adquirindo’. E ele fez exatamente isto: consagrou o poder social da classe trabalhadora no Brasil”. A ascensão do PT ao governo seria, em sua análise, uma derrota para a esquerda, que alguns, contudo, insistem em considerar uma vitória parcial. Profes-

sor aposentado da FFLCH, Arantes dedica-se às áreas de história da filologia e filosofia política.

Arantes critica duramente a interpretação segundo a qual o capitalismo poderia “resolver os problemas da humanidade, se melhor administrado”, isto é, se gerido por governos ditos populares ou progressistas: “Isso é fantasia”. Dialogando com dados quantitativos apresentados por Sauer, lança uma indagação retórica: “Por que essa apropriação de mais-valia se dá dessa maneira tão brutal e grotesca? Porque nós perdemos em 64. Ponto. Não entrou na cabeça de ninguém que nós perdemos mesmo e perdemos duplamente, porque os vitoriosos nos convenceram de que nós os derrotamos. Com isso, está encerrado o grande debate brasileiro. Ano que vem completa-se meio século dessa ilusão retrospectiva de que 64 foi um episódio, um espasmo de violência e que vamos recuperar aquilo que havia antes de 64”. Continuamos vivendo, acredita ele, a “maldição subalterna”, em que cada emergência é seguida de uma nova queda. “É o eterno retorno desse paradigma clássico”.

Historicamente, as sucessivas mudanças de hegemonia no processo de acumulação de poder e capital ensejaram distintas estratégias da esquerda, como o desenvolvimentismo e a insurreição. Hoje, com a debilitação do mundo multipolar, observamos uma reconfiguração do poder que engendra formas sociais “esdrúxulas” ou mesmo “monstruosas”, arrisca o professor. “Com o relativo enfraquecimento do poder americano, aconteceu algo que ninguém poderia imaginar: uma hegemonia brasileira”. Assim, a ideia

de “emergência” do Brasil, apesar de encerrar grande carga de ufânismo, tem lastro real. “Pela primeira vez, exportamos políticas sociais, temos multinacionais brasileiras atuando. Pela primeira vez, nós temos um tipo de hegemonia na América Latina, um espaço geoeconômico e político importante, que se tornou ainda mais importante com a explosão das *commodities* como recursos estratégicos mundiais”. O “Brasil potência”, contudo, não seria mais do que um projeto dos vencedores de 1964. “Existe um consenso na América Latina de que a hegemonia brasileira é benigna e de que ela, através dos seus bancos públicos e das suas multinacionais, financia governos anti-imperialistas e progressistas, até divergindo dos Estados Unidos quando necessário. Mas isso não tem nada de anticapitalista”.

Na opinião de Arantes, o Movimento Passe Livre (MPL) “conseguiu a mais rápida e impressionante vitória popular da história política do Brasil contemporâneo”. Boito vê também inegável vitória do MPL, a seu ver movimento de juventude de classe média, similar aos Indignados (Espanha) e Occupy (EUA)

A hegemonia regional brasileira, na análise de Arantes, conformou

**Professor Paulo Arantes**

um sistema social, político e produtivo sumamente original. “Esse polo de poder que se configurou incluiu na sua engrenagem a classe trabalhadora, dando poder a ela. A classe trabalhadora brasileira participa dos lucros da extração de mais-valia desta hegemonia que se dá no Brasil e fora do Brasil, na América Latina, na África e assim por diante”. Nesse quadro, uma parcela significativa da classe trabalhadora está “dentro da máquina”, atendida por eficientes políticas sociais. Para os que estão fora, reserva-se a polícia, “para passar por cima, encarcerar ou arrebentar”. Eis, segundo Arantes, o binômio oriundo de 1964: desenvolvimento e segurança. “De modo que quem está se debatendo no campo popular e tem uma perspectiva anticapitalista está no pior dos mundos possíveis, porque tem contra si a classe trabalhadora — que não esteve presente em junho”.

A seu ver, a esquerda clássica “brilhou pela ausência” nas manifestações de junho e protagonizou,

**Intervenção durante o debate com o público**

no dia 11 de julho (quando deveria ser realizada uma greve geral, convocada pelas centrais sindicais), um “fiasco histórico”. Em sua análise, o Movimento Passe Livre (MPL), grande protagonista de junho, vem de outra “linhagem”, relacionando-se, por exemplo, aos protestos anticapitalistas da década de 1990 e ao levante neozapatista no México. “O MPL conseguiu a mais rápida, fulgurante e impressionante vitória popular da história política do Brasil contemporâneo. Essa estupenda vitória do MPL é a vitória de um movimento anticapitalista completamente diferente e inédito no Brasil, e inaugura uma nova cultura política de protesto, inclusive enfrentando a polícia, isto é, ganhando a batalha na rua, onde nós perdemos — perdemos, inclusive, a memória de como se faz batalha na rua”.

No entender de Boito, a interpretação segundo a qual os acontecimentos de junho vieram encerrar um período de paz social, vigente até então, é equivocada. “Não havia paz social nenhuma nos dois primeiros mandatos do governo Lula. Havia luta social, havia uma forte recuperação da luta sindical no Brasil. Não se deve confundir a base do governo, uma base desmobilizada, que

mantém uma relação populista com o governo, com toda a população do Brasil”, argumenta, lembrando greves e ocupações levadas a cabo no período. O que ocorre, ainda na sua opinião, é que os acontecimentos de junho receberam muito mais atenção da mídia do que os processos anteriores, em razão do setor social mobilizado agora e da proximidade das eleições de 2014.

Por outro lado, ele destaca o caráter vitorioso da revolta da tarifa. “Foi uma grande vitória. O programa estratégico do MPL continua, mas a luta pela revogação dos aumentos [nas tarifas do transporte público] foi plenamente vitoriosa”. Trata-se, propõe ele, de um movimento de juventude de classe média, como ocorrera nas mobilizações protagonizadas pela Geração à Rasca, em Portugal; pelos Indignados, na Espanha; e pelo Occupy, nos Estados Unidos. Contudo, a pauta levada às ruas no marco da revolta da tarifa teria sido mais objetiva do que nesses outros contextos, com conteúdo progressista e popular, permitindo que o MPL se aproximasse de outras lutas e incorporasse trabalhadores e moradores da periferia, com novas reivindicações. Dessa forma, abriu-se uma nova fase na luta popular, com a realização de diversas greves, a incorporação de setores que não se encontra-

vam mobilizados até então e o emprego de métodos de luta mais ousados. Ainda que, a certa altura, a direita tenha tentado desviar o movimento para uma luta “moralista” contra a corrupção, “não foi um movimento reacionário de classe média, mesmo porque classe média é um grupo social muito vasto, que está muito dividido no Brasil”.

“Os acontecimentos de junho foram muito contraditórios”, afirma Singer. Aquilo que poderia ser o início de um novo ciclo de lutas de massas foi ressignificado por outras forças políticas, de direita mas sobretudo de centro”. Assim, criou-se “uma situação mais difícil para o lulismo, porque as pressões aumentam”

“Os acontecimentos de junho foram muito contraditórios. Teve de tudo”, pensa Singer. “Começou como um movimento de esquerda e que tinha todas as condições de ser o ponto inicial de um novo ciclo de lutas de massas que enfrentassem os problemas que o lulismo em parte resolve e em parte lega. Mas acabou, a partir de um momento, sendo ressignificado por outras forças políticas que não de esquerda. A meu ver, essas forças políticas foram de direita, mas, sobretudo, de centro:

um novo tipo de centro, um centro pós-materialista, que tem tudo a ver com o movimento que a ex-senadora Marina Silva dirige”. Na avaliação de Singer, a direita foi às ruas em reação à redução da miséria, ao movimento de ascensão social ocorrido no Brasil no último período. O centro, por sua vez, teria raízes na classe média, mas pode, eventualmente, estar repercutindo no novo proletariado.

“Os acontecimentos de junho colocam uma situação mais difícil para o lulismo, porque as pressões aumentam”. Tais eventos seriam, em parte, expressão de um aumento do conflito distributivo, decorrente da redução do ritmo de crescimento da economia brasileira, no marco de uma nova conjuntura do capitalismo global. “A economia mundial como um todo caiu e o Brasil também caiu. Portanto, houve uma agudização de um conflito distributivo, que se expressou nas ruas em junho e que continua”. As manifestações de junho e o novo arranjo global que se está estabelecendo atualmente — que poderá levar o capital a pressionar o Brasil para a realização de uma nova série de reformas neoliberais — poderão tornar as eleições de 2014 muito mais apertadas. “Eu ouço muitas análises no sentido de um esgotamento do lulismo. É evidente que um fenômeno de longo prazo em algum momento vai se esgotar, ele não é infinito. Mas não vejo sinais de esgotamento. O governo está tentando, a meu ver, manejar a situação ao modo lulista, ou seja, tentando mediar entre essas contradições”. Por exemplo, ao mesmo tempo em que realiza privatizações, não dá sinais de que acatará as pressões para a redução do custo da mão-de-obra.

Também para Boito, o processo desencadeado em junho não permite pensar, de forma taxativa, em um esgotamento do projeto neodesenvolvimentista. “O que está sendo pedido nas ruas é mais Estado. Não o braço repressor do Estado: a população nas ruas está reclamando mais direitos sociais”. Neste ponto, o debate esquenta. “Não tem nada a ver com mais Estado — isso é uma insanidade”, replica Arantes. “O que o MPL pedia não era mais ou menos Estado, era: ‘ou baixa a tarifa ou nós paramos a cidade’. Só isso. Quem é esse ‘mais Estado’? Esse ‘mais Estado’ está garantindo a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil, que significam um poder soberano territorial de exceção das grandes empresas internacionais patrocinadoras desses megaeventos. O ‘mais Estado’ é o sócio, o *broker*, o corretor desses negócios feitos no Brasil por essas megaempresas, em cima do povo que está ralando nessas megaobras”, concluiu.

Refletindo sobre esse contexto e os desafios para a esquerda, Sauer conclui que a grande síntese do governo Lula “é que ele, finalmente, incrustou em grandes segmentos da população as relações sociais de produção capitalistas como hegemônicas e as únicas viáveis”. Ao mesmo tempo, a esquerda brasileira careceria de um programa mínimo. “Não há um projeto de uma frente de esquerda articulada neste momento para ir a campo, que recupere os velhos princípios da esquerda, que ainda são valiosos e necessários se nós queremos fazer aquilo que é essencial: transformar a verdadeira base de produção e de distribuição e mudar as condições concretas de vida da população brasileira”.